



A MENTE MORALISTA

Por que pessoas
boas são segregadas
por política e religião



Jonathan Haidt



ALTA/CULT
EDITORA

Rio de Janeiro, 2020

Sumário

	<i>Introdução</i>	xv
PARTE I	Primeiro as Intuições, Depois o Raciocínio Estratégico	1
	1 De Onde Vem a Moralidade?	3
	2 O Cachorro Intuitivo e Sua Cauda Racional	29
	3 Os Elefantes Mandam	55
	4 Vote em Mim (Eis o Motivo)	77
PARTE II	A Moralidade Envolve Mais do que Dano e Justiça	99
	5 Além da Moralidade WEIRD	101
	6 Os Botões Gustativos da Mente Moralista	119
	7 Os Alicerces Morais da Política	137
	8 A Vantagem Conservadora	167
PARTE III	A Moralidade Agrega e Cega	201
	9 Por que Tendemos a Formar Grupos?	203
	10 O Interruptor da Colmeia	237
	11 Religião É um Esporte Coletivo	263
	12 Não Podemos Discordar de Maneira Mais Construtiva?	293
	<i>Conclusão</i>	337
	<i>Notas</i>	341
	<i>Referências</i>	393
	<i>Índice</i>	421

PARTE I

Primeiro as Intuições, Depois o
Raciocínio Estratégico

Metáfora Central

*A mente é dividida, como um ginete montado em um
elefante, e o trabalho do ginete é servir ao elefante.*

UM

De Onde Vem a Moralidade?

Contarei uma breve história. Depois de lê-la, peço que faça uma pausa e avalie se as pessoas fizeram algo moralmente errado.

O cachorro da família foi morto por um carro em frente à casa deles. Eles ouviram falar que carne de cachorro é deliciosa, então cortaram o corpo do cão, cozinharam e o comeram no jantar. Ninguém viu o que fizeram.

Se você é como a maioria das pessoas bem instruídas em meus estudos, sentiu uma repulsa inicial, mas hesitou em dizer que a família fez algo *moralmente* errado. Afinal, o cachorro já estava morto, eles não lhe fizeram mal algum, certo? Além do mais, o cachorro era deles; assim, eles tinham o direito de fazer o que quisessem com seu corpo, não? Se eu o pressionasse a emitir um julgamento, existe a probabilidade de você me dar uma resposta condescendente, algo como: “Bem, eu acho repulsivo, e acho que eles deveriam ter simplesmente enterrado o cachorro, mas não diria que foi *moralmente* errado.”

Tudo bem, vamos para uma história um pouco mais complexa:

Um homem vai ao supermercado uma vez por semana e compra um frango. Antes de cozinhá-lo, pratica atos sexuais com ele. Depois o cozinha e come.

Mais uma vez, não houve dano, ninguém mais sabe e, assim como a família que comeu o cachorro, envolve um tipo de reciclagem que é — como demonstraram os sujeitos de minha pesquisa — um uso eficiente de recursos naturais. Mas agora a repulsa é muito maior, e o ato em si parece tão... degradante. Será que isso o torna errado? Se você for um ocidental instruído e de inclinação política liberal, provavelmente me dará outra resposta condescendente, que reconheça o direito de uma pessoa fazer o que quiser, desde que não prejudique ou machuque alguém.

Mas se você *não* for um liberal ou libertário ocidental, provavelmente acha errado — moralmente errado — que alguém tenha relações sexuais com o corpo de um frango e depois o coma. Para você, assim como para a maioria das pessoas no planeta, a moralidade é ampla. Algumas ações são erradas mesmo que não prejudiquem alguém. Entender o simples fato de que a moralidade difere ao redor do mundo, mesmo em sociedades igualitárias, é o primeiro passo para a compreensão de sua mente moralista. O passo seguinte é entender de onde vêm essas muitas moralidades, para início de conversa.

A ORIGEM DA MORALIDADE (CENA 1)

Estudei filosofia na faculdade, esperando desvendar o sentido da vida. Depois de assistir a incontáveis filmes de Woody Allen, fiquei com a impressão equivocada de que a filosofia me ajudaria de alguma forma.¹ Mas frequentei também algumas disciplinas de psicologia e adorei, então decidi continuar. Em 1987 fui aceito no programa de pós-graduação em psicologia na Universidade da Pensilvânia. Eu tinha um plano ainda indefinido de realizar experimentos sobre a psicologia do humor. Achei

que seria divertido pesquisar questões que me obrigassem a frequentar shows de humor.

Uma semana depois de chegar na Filadélfia, fui conversar com Jonathan Baron, professor que estuda como as pessoas pensam e tomam decisões. Com minha experiência (mínima) em filosofia, tivemos uma boa conversa sobre ética. Baron me perguntou sem rodeios: “O raciocínio *moral* é, de alguma maneira, diferente de outros tipos de raciocínio?” Respondi que ponderar sobre questões morais (como se o aborto é errado) parecia diferente de pensar sobre outros tipos de questões (como aonde ir jantar), por causa da necessidade muito maior de fornecer argumentos para justificar seus julgamentos morais para outras pessoas. Baron reagiu com entusiasmo, e conversamos sobre como seria possível comparar o raciocínio moral a outros tipos de raciocínio em laboratório. No dia seguinte, movido por pouco mais do que um sentimento de encorajamento, pedi a ele que fosse meu orientador e comecei a estudar psicologia moral.

Em 1987, a psicologia moral era parte da psicologia do desenvolvimento. Os pesquisadores se concentravam em questões como a forma que as crianças desenvolvem seu raciocínio sobre regras, especialmente regras de justiça. A grande pergunta por trás dessa pesquisa era: como as crianças aprendem a distinguir o certo do errado? De onde vem a moralidade?

Há duas respostas óbvias para essa pergunta: da natureza ou da criação. Se escolher a natureza, você é um *inatista*. Acredita que o conhecimento moral é inato em nossas mentes. Ele vem pré-configurado, talvez gravado em nossos corações por Deus (como diz a Bíblia), ou em nossas emoções morais evoluídas (como defendeu Darwin).²

Mas, se acredita que o conhecimento moral vem da criação, então você é um *empíricista*.³ Acredita que as crianças são mais ou menos como uma folha em branco ao nascer (como disse John Locke).⁴ Se a moralidade varia ao redor do mundo e ao longo dos séculos, como poderia ser inata? Seja qual for nosso senso moral quando adultos, ele só pode ter sido aprendido durante a infância a partir das próprias experiências, que inclui o que os adultos nos dizem que é certo e errado. (*Empírico* significa “a partir da observação ou experiência”.)

Mas essa é uma escolha ilusória, e em 1987 a psicologia moral se concentrava principalmente em uma terceira resposta: *racionalismo*, que diz que as crianças descobrem a moralidade sozinhas. Jean Piaget, o maior psicólogo do desenvolvimento de todos os tempos, iniciou sua carreira como zoologista, estudando moluscos e insetos em sua terra natal, a Suíça. Ele era fascinado pelos estágios enfrentados pelos animais conforme se transformavam, digamos, de lagartas em borboletas. Mais tarde, quando voltou sua atenção para as crianças, levou consigo seu interesse pelos estágios de desenvolvimento. Piaget queria saber como a extraordinária sofisticação do raciocínio adulto (uma borboleta cognitiva) surge a partir das limitadas capacidades das crianças (simples lagartas).

Piaget se concentrou nos tipos de erros que as crianças cometem. Por exemplo, colocava água em dois copos idênticos e perguntava às crianças se os copos continham a mesma quantidade de água. (Sim.) Em seguida, despejava o conteúdo de um dos copos em um recipiente alto e estreito e pedia que elas comparassem o novo recipiente ao primeiro, que permanecera intocado. As crianças menores de seis ou sete anos normalmente diziam que o recipiente mais alto e estreito agora tinha mais água, pois o nível agora era maior. Elas não entendem que o volume total de água é preservado ao se despejar de um recipiente para outro. Ele descobriu também que é inútil que os adultos expliquem a noção de conservação do volume para as crianças. Elas só o compreenderão depois de atingirem uma certa idade (e estágio cognitivo), quando seus cérebros estiverem prontos para isso. E, quando isso acontecer, entenderão por conta própria, simplesmente brincando com copos de água.

Em outras palavras, a compreensão da noção de conservação de volume não é inata, e não é aprendida com os adultos. As crianças *descobrem por conta própria*, mas apenas quando seus cérebros estão prontos e quando são expostas aos tipos certos de experiências.

Piaget também aplicou essa abordagem cognitivo-desenvolvimental ao estudo do raciocínio moral em crianças.⁵ Ele se juntava a elas para jogar bolinhas de gude e, às vezes, deliberadamente, infringia as regras e se fingia de bobo. As crianças então reagem aos erros dele, e ao fazer isso revelavam sua crescente capacidade de respeitar e mudar as regras, reve-

zar e resolver desacordos. Esse conhecimento crescente surge em estágios ordenados, conforme as capacidades cognitivas das crianças amadurecem.

Piaget argumentou que a compreensão das crianças sobre a moralidade é similar ao entendimento dos dois recipientes de água: não podemos dizer que é inato, e também não podemos dizer que é aprendido diretamente dos adultos.⁶ É, em vez disso, *autoconstruído* conforme as crianças brincam entre si. Revezar em um jogo é como despejar a água de um lado para o outro entre recipientes. Não importa com que frequência você o demonstre para crianças de três anos, elas simplesmente não estão prontas para o conceito de justiça,⁷ assim como não são capazes de entender a noção de conservação de volume. Mas assim que atingem os cinco ou seis anos, participar de jogos, se envolver em discussões e descobrir o mundo juntas as ajudará a aprender as noções de justiça de maneira mais eficiente do que um sermão de um adulto.

Esta é a essência do racionalismo psicológico: nossa racionalidade se desenvolve da mesma maneira que as lagartas se tornam borboletas. Se a lagarta se alimentar o suficiente, (no devido tempo) desenvolverá asas. E se uma criança tiver experiências suficientes envolvendo revezar, compartilhar e brigar no parquinho, (no devido tempo) se tornará uma criatura moral, capaz de usar suas habilidades racionais para resolver problemas cada vez mais complexos. A racionalidade é nossa natureza, e um bom raciocínio moral é o ápice de nosso desenvolvimento.

O racionalismo tem um histórico longo e complexo na filosofia. Neste livro usarei a palavra *racionalista* para descrever uma pessoa que acredita que o raciocínio moral é a maneira mais importante e confiável de adquirir conhecimento moral.⁸

As impressões de Piaget foram estudadas por Lawrence Kohlberg, que revolucionou o estudo da moralidade na década de 1960 com duas inovações essenciais.⁹ Primeiro, ele desenvolveu uma maneira de quantificar a observação de Piaget sobre o raciocínio moral das crianças mudar ao longo do tempo. Ele criou um conjunto de dilemas morais que apresentava a crianças de idades variadas, e registrou e sistematizou as repostas. Por exemplo, um homem chamado Heinz pode invadir uma farmácia para roubar o remédio de que sua mulher moribunda precisa? Uma garota cha-

mada Louise deve revelar para a mãe que sua irmã mais nova mentiu para a mãe? Não importava se a resposta era sim ou não; o que importava eram as *razões* dadas pelas crianças ao tentar explicar suas respostas.

Kohlberg descobriu uma progressão no raciocínio das crianças sobre o mundo *social*, e ela era compatível com os estágios descobertos por Piaget no raciocínio das crianças sobre o mundo *físico*. Crianças pequenas julgam o certo e o errado com base em aspectos muito superficiais, como se a pessoa foi punida por uma ação. (Se um adulto puniu o ato, então o ato deve ser errado.) Kohlberg chamou os primeiros dois estágios de nível de julgamento moral “pré-convencional”, que são equivalentes ao estágio de Piaget em que as crianças julgam o mundo físico por características superficiais (se um copo é mais alto, então tem mais água nele).

Mas, durante o ensino fundamental, a maioria das crianças atinge os dois estágios “convencionais”, tornando-se versadas em compreender e até manipular regras e convenções sociais. Essa é a idade do pretense legalismo, do qual todos nós que crescemos com irmãos nos lembramos muito bem. (“Eu não estou batendo em você. Estou usando sua mão para bater em você. Pare de se bater!”) Crianças nesse estágio geralmente se preocupam muito com conformidade e têm grande respeito por autoridade — na teoria, ainda que nem sempre na prática. Elas raramente questionam a legitimidade da autoridade, ainda que aprendam a se esquivar e contornar as restrições impostas pelos adultos.

Depois da puberdade, exatamente quando Piaget dizia que as crianças se tornam capazes do pensamento abstrato, Kohlberg descobriu que algumas crianças começam a pensar por si mesmas sobre a natureza da autoridade, o significado de justiça e as razões por trás das leis e regras. Nos dois estágios “pós-convencionais”, os adolescentes ainda valorizam a honestidade e respeitam leis e regras, mas agora eles às vezes justificam a desonestidade ou o descumprimento de leis com a busca por bens maiores ainda, especialmente a justiça. Kohlberg construiu uma inspiradora imagem racionalista das crianças como “filósofos morais” tentando desvendar sistemas éticos coerentes por si mesmas.¹⁰ Nos estágios pós-convencionais, elas finalmente ficam boas nisso. Os dilemas de Kohlberg foram uma ferramenta para medir esses drásticos progressos no raciocínio moral.

O CONSENSO LIBERAL

Mark Twain disse certa vez que “para um homem com um martelo, tudo se parece com um prego”. Depois que Kohlberg desenvolveu esses dilemas morais e suas técnicas de pontuação, a comunidade psicológica tinha um novo martelo, e mil estudantes de pós-graduação o utilizaram para produzir teses sobre o raciocínio moral. Mas existe uma razão mais profunda para que tantos jovens psicólogos começassem a estudar a moralidade sob a perspectiva racionalista, e esta foi a segunda grande inovação de Kohlberg: ele utilizou essa pesquisa para criar uma justificativa científica para uma ordem moral liberal secular.

A descoberta mais influente de Kohlberg foi que as crianças moralmente mais desenvolvidas (de acordo com sua técnica de pontuação) eram aquelas que tinham oportunidades frequentes de assumir papéis — de se colocar no lugar dos outros e encarar um problema sob a ótica daquela pessoa. Relacionamentos igualitários (entre colegas) favorecem a troca de papéis, mas relacionamentos hierárquicos (com pais e professores), não. É muito difícil para a criança ver as coisas do ponto de vista do professor, pois ela nunca foi um professor. Piaget e Kohlberg achavam que pais e outras autoridades eram *obstáculos* ao desenvolvimento moral. Se quiser que seus filhos aprendam sobre o mundo físico, deixe-os brincar com copos e água; não dê uma aula sobre a conservação de volume. E se quiser que seus filhos aprendam sobre o mundo social, deixe-os brincar com outras crianças e resolver conflitos; não faça um sermão sobre os Dez Mandamentos. E, por favor, não os force a obedecer a Deus, aos professores ou a você. Isso só servirá para paralisá-los no nível convencional.

O momento escolhido por Kohlberg foi perfeito. Justamente quando a primeira onda de baby boomers chegava à pós-graduação, ele transformava a psicologia moral em uma ode à justiça que os agradava, e lhes deu uma ferramenta para medir o progresso das crianças na direção do ideal liberal. Ao longo dos 25 anos seguintes, dos anos 1970 aos 1990, a maioria dos psicólogos morais apenas entrevistava jovens sobre dilemas morais e analisava suas justificativas.¹¹ A maior parte desse trabalho não tinha motivação política — era apenas pesquisa científica honesta e cuidadosa. Mas, ao usar uma estrutura que predefinia a moralidade como justiça ao

mesmo tempo em que aviltava a autoridade, a hierarquia e a tradição, era inevitável que a pesquisa corroborasse visões de mundo seculares, questionadoras e igualitárias.

UM TESTE MAIS FÁCIL

Se obrigar crianças a explicar noções complexas, como a relação entre competição equilibrada, direitos e justiça, certamente encontrará determinados marcos etários, pois as crianças ficam muito mais articuladas a cada ano que passa. Mas, se estiver em busca da primeira manifestação de um conceito moral, então é melhor encontrar uma técnica que não exija muita habilidade verbal. Elliot Turiel, ex-aluno de Kohlberg, desenvolveu essa técnica. A inovação consistia em contar a crianças pequenas histórias sobre outras crianças que infringiam as regras e depois lhes fazer uma série de perguntas investigativas do tipo sim ou não. Por exemplo, uma história sobre um garoto que vai para a escola usando roupas normais, embora a escola exija o uso de uniforme. Então, você começa pedindo uma avaliação geral: “Está certo o que o garoto fez?” A maioria das crianças responde que não. Você pergunta se existe uma regra sobre o que se deve vestir. (“Sim.”) Em seguida, tenta descobrir que tipo de regra é: “E se o professor dissesse que o garoto podia usar roupas normais, estaria certo?” e “E se isso acontecesse em outra escola, em que não há regras para uniformes, estaria certo?”.

Turiel descobriu que as crianças por volta de cinco anos normalmente respondem que o garoto agiu errado ao quebrar a regra, mas que não haveria problema se o professor desse permissão ou se isso acontecesse em outra escola que não tenha essa regra. As crianças percebem que regras sobre vestimenta, comida e muitos outros aspectos da vida são *convenções sociais* e, portanto, arbitrárias e variáveis até certo ponto.¹²

Mas, se perguntar sobre ações que machucam outras pessoas, como uma garota que empurra um garoto de um balanço porque quer usá-lo, receberá respostas muito diferentes. Quase todas as crianças dizem que a menina estava errada e que estaria errada mesmo que a professora dissesse que tudo bem, e mesmo que acontecesse em outra escola onde não

houvesse regras sobre empurrar outras crianças de balanços. As crianças reconhecem que regras que evitam danos são *regras morais*, que Turiel definiu como regras que envolvem “justiça, direitos e bem-estar em relação a como as pessoas devem se relacionar umas com as outras”.¹³

Ou seja, crianças bem jovens não tratam todas as regras da mesma forma, como Piaget e Kohlberg haviam suposto. Crianças não conseguem se expressar como filósofos morais, mas estão ocupadas classificando informações sociais de maneira sofisticada. Elas parecem captar desde cedo que regras que evitam danos são especiais, importantes, inalteráveis e universais. E essa percepção, disse Turiel, era o alicerce de todo o desenvolvimento moral. Crianças constroem seu conhecimento moral sobre o alicerce da verdade moral absoluta de que *o dano é errado*. Regras específicas podem variar entre culturas, mas, em todas culturas que Turiel examinou, as crianças ainda são capazes de distinguir entre regras morais e convencionais.¹⁴

O relato de Turiel sobre o desenvolvimento moral difere de muitas maneiras do de Kohlberg, mas as implicações políticas eram semelhantes: a moralidade envolve *tratar bem os indivíduos*. É sobre dano e justiça (não lealdade, respeito, dever, piedade, patriotismo ou tradição). Hierarquia e autoridade geralmente são coisas ruins (então o melhor é deixar que as crianças descubram as coisas sozinhas). Por essa razão, a escola e a família devem incorporar princípios progressivos de igualdade e autonomia (e não princípios autoritários que permitam aos mais velhos ensinar e constrianger as crianças).

ENQUANTO ISSO, NO RESTO DO MUNDO...

Kohlberg e Turiel tinham praticamente definido o campo da psicologia moral quando me sentei no escritório de Jon Baron e decidi estudar a moralidade.¹⁵ A área que ingressei era vibrante e próspera, mas alguma coisa não me parecia certa. Não era a política — eu era muito liberal na época, tinha 24 anos e estava totalmente indignado com Ronald Reagan e grupos conservadores como o apropriadamente chamado Moral Majority [Maioria Moral]. Não, o problema era que as coisas que eu

lia eram tão... rudes. Cresci com duas irmãs de idade muito próximas. Brigávamos todo dia, usando cada truque sujo de retórica em que conseguíamos pensar. A moralidade sempre foi um assunto passional em minha família, mas os artigos que eu lia eram todos sobre estruturas racionais e cognitivas, e domínios de conhecimento. Pareciam racionais demais. Quase não havia menção a emoções.

Como aluno de primeiro ano da pós-graduação, eu não confiava em meus instintos, então me obrigava a continuar lendo. Mas então, no segundo ano, cursei uma matéria sobre psicologia cultural e fiquei fascinado. A disciplina era lecionada pelo brilhante antropólogo Alan Fiske, que passara muitos anos no Oeste da África estudando as bases psicológicas das relações sociais.¹⁶ Fiske nos pediu que lêssemos diversas etnografias (extensos relatos em forma de livro do trabalho de campo de antropólogos), cada uma delas focava um tema diferente, como parentesco, sexualidade ou música. Mas, independentemente do assunto, a moralidade acabava sempre se tornando o tema principal.

Li sobre a bruxaria entre o povo Azande do Sudão.¹⁷ Parece que as crenças sobre magia aumentam de formas surpreendentemente similares em muitas partes do mundo, o que sugere que bruxas de fato existem ou (o mais provável) que há algo na mente humana que produz essa instituição cultural com frequência. Os Azande acreditavam que as bruxas poderiam ser tanto homens quanto mulheres, e o medo de ser taxado de bruxa(o) fazia com que eles fossem muito cuidadosos em não irritar ou provocar inveja em seus vizinhos. Essa foi minha primeira pista de que grupos criam seres sobrenaturais não para explicar o universo, mas para organizar suas sociedades.¹⁸

Li também sobre o povo Ilongot, uma tribo nas Filipinas em que os jovens do sexo masculino conquistavam honra decapitando pessoas.¹⁹ Algumas dessas decapitações eram mortes por vingança, o que para leitores ocidentais era um motivo que conseguiam entender. Mas muitos assassinatos eram cometidos contra estranhos que não tinham qualquer tipo de desavença com o assassino. O autor explicou essas mortes mais enigmáticas como as maneiras com que pequenos grupos de homens canalizavam ressentimentos e atritos dentro do grupo para uma “expedição de caça”, com o intuito de fortalecer o grupo, coroada com uma longa noite de

cantoria de celebração conjunta. Essa foi minha primeira pista de que a moralidade envolve tensão *dentro* do grupo associada à competição *entre* grupos distintos.

Essas etnografias eram fascinantes, geralmente muito bem escritas e intuitivamente compreensíveis apesar da estranheza do conteúdo. Ler cada um dos livros era como passar uma semana em um novo país: confuso a princípio, mas gradualmente você se ajusta, tornando-se mais capaz de prever o que acontecerá em seguida. E, assim como qualquer viagem internacional, você aprende tanto sobre seu lugar de origem quanto o lugar que está visitando. Comecei a ver os Estados Unidos e a Europa Ocidental como exceções históricas extraordinárias — novas sociedades que encontraram uma maneira de se despir e diluir as densas ordens morais universais sobre as quais os antropólogos escreveram.

Em nenhum outro lugar essa diluição está mais aparente do que em nossa falta de regras sobre o que os antropólogos chamam “limpeza” e “degeneração”. Compare as sociedades ocidentais com os Hua da Nova Guiné, que desenvolveram elaborados sistemas de tabus alimentares que ditam o que os homens e mulheres podem comer. Para que garotos se tornem homens, precisam evitar alimentos que se assemelhem de alguma maneira a vaginas, incluindo qualquer coisa que seja vermelha, úmida, viscosa, venha de um buraco ou tenha pelos. A princípio parece uma superstição arbitrária mesclada com um sexismo previsível de uma sociedade patriarcal. Turiel chamava essas regras de convenções sociais, porque os Hua não acreditam que homens de outras tribos deveriam seguir essas regras. Mas eles certamente pareciam pensar em suas regras alimentares como regras morais. Conversavam sobre elas constantemente, julgavam uns aos outros pelos hábitos alimentares e governavam suas vidas, deveres e relacionamentos pelo que a antropóloga Anna Meigs chamou de “religião do corpo”.²⁰

Mas não são apenas caçadores-coletores em florestas tropicais que acreditam que práticas corporais podem ser também morais. Quando li a Bíblia Hebraica, fiquei chocado ao descobrir quanto do livro — uma das fontes de moralidade ocidental — trata de regras sobre alimentação, menstruação, sexo, pele e manuseio de cadáveres. Algumas dessas regras eram tentativas claras de evitar doenças, como as longas seções de Levítico sobre

a lepra. Mas muitas das regras pareciam seguir uma lógica mais emocional para evitar a repulsa. Por exemplo, a Bíblia proíbe os judeus de comer ou até tocar “todas as criaturas que enxameiam (...) e que se movem rente ao chão” (imagine o quanto um bando de ratos é mais repulsivo do que um único rato).²¹ Outras pareceram seguir uma lógica conceitual envolvendo manter a pureza ou não misturar coisas de categorias diferentes (tal como roupas feitas de duas fibras diferentes).²²

Então, o que está havendo aqui? Se Turiel estava certo sobre a moralidade na verdade envolver dano, então por que a maioria das culturas não ocidentais moraliza tantas práticas que parecem não ter nada a ver com ele? Por que tantos cristãos e judeus acreditam que “a limpeza está próxima da santidade”?²³ E por que tantos ocidentais, mesmo os laicos, continuam a ver escolhas sobre alimentação e sexo como carregadas de significado moral? Os liberais às vezes dizem que conservadores religiosos são puritanos sexuais para quem qualquer relação sexual que envolva algo diferente da posição papai e mamãe dentro do casamento é pecado. Mas os conservadores também fazem graça do empenho dos liberais em escolher um café da manhã balanceado — equilibrado entre as preocupações morais de ovos de galinhas criadas livres, café oriundo de comércio justo, vida natural e variedades de venenos, alguns dos quais (como o milho e a soja geneticamente modificados) representam uma ameaça mais espiritual do que biológica. Mesmo que Turiel tivesse razão sobre o fato de as crianças se basearem na nocividade como método para identificar ações imorais, eu não conseguia conceber como as crianças no Ocidente — muito menos entre os Azande, os Ilongot e os Hua — poderiam conseguir compreender tudo isso sobre pureza e degeneração por conta própria. O desenvolvimento moral deve envolver mais do que crianças criando regras a partir da perspectiva das outras pessoas e sentindo sua dor. Deve haver algo além do racionalismo.

O GRANDE DEBATE

Quando os antropólogos escreveram sobre a moralidade, era como se falassem um idioma diferente dos psicólogos que eu costumava ler. A

Pedra de Roseta que me ajudou a traduzir entre as duas áreas foi um artigo que acabara de ser publicado pelo ex-orientador de Fiske, Richard Shweder, na Universidade de Chicago.²⁴ Shweder é antropólogo psicológico que viveu e trabalhou em Orissa, um estado na Costa Oeste da Índia. Ele descobriu uma grande diferença em como os oriyans (residentes de Orissa) e os norte-americanos pensavam sobre a personalidade e a individualidade, e essas diferenças levaram a distinções correspondentes a como pensavam sobre a moralidade. Shweder citou o antropólogo Clifford Geertz a respeito de quanto os ocidentais são incomuns ao pensarem nas pessoas como indivíduos distintos:

A noção ocidental de pessoa como um universo cognitivo e motivacional mais ou menos integrado, único e delimitado, um centro dinâmico de consciência, emoção, julgamento e ação organizada em um todo distinto e contrastada com outros, todos em termos sociais e naturais, é, por mais arraigado que possa parecer para nós, uma ideia bastante peculiar no contexto das culturas do mundo.²⁵

Shweder propôs uma ideia simples para explicar por que o eu se distingue tanto entre as culturas: todas as sociedades precisam resolver um pequeno conjunto de questões sobre como ordenar a si mesma, a mais importante delas é como equilibrar as necessidades de indivíduos e grupos. Parece haver apenas duas formas principais de responder a essa questão. A maioria das sociedades escolheu a resposta *sociocêntrica*, colocando as necessidades de grupos e instituições em primeiro lugar, e subsumindo as necessidades dos indivíduos. Em contrapartida, a resposta *individualista* coloca os indivíduos no centro e transforma a sociedade em serva do indivíduo.²⁶ A resposta sociocêntrica dominou a maior parte do mundo antigo, mas a individualista se tornou uma poderosa rival durante o Iluminismo e acabou superando, em grande medida, a abordagem sociocêntrica no século XX conforme os direitos dos indivíduos se expandiram rapidamente, a cultura do consumo se disseminou e o mundo ocidental reagiu com horror às perversidades cometidas pelos ultrassociocêntricos impérios fascistas e comunistas. (Nações europeias com fortes mecanismos de pro-

<p>Ações que indianos e norte-americanos concordaram que eram erradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enquanto caminhava, um homem viu um cachorro dormindo na estrada. Ele foi até o cão e o chutou. • Um pai disse ao filho: “Se você for bem na prova, eu lhe comprarei uma caneta.” O filho foi muito bem na prova, mas o pai não lhe deu nada.
<p>Ações que os norte-americanos disseram que eram erradas, mas que os indianos acharam aceitáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma jovem mulher casada foi sozinha ao cinema sem contar ao marido. Quando voltou para casa o marido lhe disse: “Se fizer isso de novo, vou lhe dar uma surra.” Ela fez isso novamente e ele lhe bateu, cobrindo-a de hematomas. (Julgue o marido.) • Um homem tinha um filho e uma filha, ambos casados. Depois de sua morte seu filho exigiu a maior parte dos bens. Sua filha recebeu bem menos. (Julgue o filho.)
<p>Ações que indianos consideraram erradas, mas que os norte-americanos acharam aceitáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em uma família, um filho de 25 anos chama o pai pelo primeiro nome. • Uma mulher cozinhou arroz e queria comer junto com o marido e o irmão mais velho dele. E foi isso que ela fez. (Julgue a mulher.) • Uma viúva em sua comunidade come peixe duas ou três vezes por semana. • Depois de evacuar, uma mulher não trocou de roupa antes de cozinhar.

FIGURA 1.1. *Algumas das 39 historinhas usadas no artigo de Shweder, Mahapatra, e Miller em 1987.*